

Vide Decreto nº 4.090/07

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

*Revisado pelo
Decreto nº 4.616/08*

DECRETO Nº 3.992

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 192, DE 14 DE JULHO DE 2005, QUE MODIFICA A LISTA DOS SERVIÇOS SUJEITOS Á TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS NELSON BUENO, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:-

Art. 1º Este Decreto regulamenta e disciplina a aplicação de dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 192, de 14 de julho de 2005.

CAPÍTULO I

DA AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS - AIDFM

Art. 2º A confecção de documentos fiscais que alude o § 2º, do art. 16, da Lei Complementar nº 192/05, deverá ser efetuada após expedição da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) pela Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município.

Parágrafo único. A Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) será expedida pelo Setor de Cadastro Fiscal em 3 vias, sendo:

I - a 1ª via pertencerá ao Estabelecimento Gráfico;

II - a 2ª Via será do Usuário;

III - a 3ª Via será arquivada pela Prefeitura.

Art. 3º A Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) somente poderá ser liberada após o preenchimento correto dos seguintes campos, conforme ANEXO I:

I - ESTABELECIMENTO GRÁFICO;

II - ESTABELECIMENTO DO USUÁRIO;

III - DOCUMENTOS A SEREM IMPRESSOS;

IV - NÚMERO DA AIDFM anterior se for o caso.

§ 1º Os Campos do PEDIDO e o Campo da ENTREGA,



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

serão de posterior obrigatoriedade de preenchimento, sendo:

I - campo de PEDIDO, quando no ato da entrada do pedido no Estabelecimento Gráfico, para confecção;

II - campo da ENTREGA, quando no ato da entrega dos documentos impressos.

§ 2º A falta, omissão ou rasura no preenchimento obrigatório a que se refere o parágrafo anterior, estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 4º A Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) será aprovada pelo Coordenador da Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município.

Art. 5º No rodapé de cada documento fiscal ou livro confeccionado deverá constar:

I - firma ou denominação e endereço do estabelecimento gráfico;

II - Inscrição Municipal do estabelecimento gráfico;

III - dados de Série;

IV - numeração;

V - quantidades de jogos e Vias;

VI - número da AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS MUNICIPAIS (AIDFM);

VII - data da autorização (MÊS E ANO).

Art. 6º Quando o Estabelecimento Gráfico for estabelecido fora do Município, deverá, no ato da solicitação da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM), ser cadastrado junto Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, mediante o Formulário de Inscrição e Atualização Cadastral (FIC) conforme ANEXO II, nos termos do art. 8º e seguintes deste Decreto.

Art. 7º As Autorizações de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) deverão ser guardadas pelo estabelecimento gráfico, dentro do prazo legal, para exibição ao fisco.

CAPITULO II DOS FORMULÁRIOS, DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

SEÇÃO I DO FORMULÁRIO E DA INSCRIÇÃO CADASTRAL



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 8º O Formulário de Inscrição e Atualização Cadastral (FIC) destina-se a promover a inscrição do contribuinte junto ao cadastro municipal, relativo ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e as Taxas de Licença, conforme ANEXO II, poderá ser obtido junto ao Setor de Cadastro Fiscal da Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município, ou pelo site.

Art. 9º O contribuinte deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura Municipal de Mogi Mirim os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo.

§ 1º A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 2º Para cada estabelecimento prestador de serviços haverá uma inscrição distinta.

§ 3º Para os profissionais autônomos, nos termos do art. 8º, § 1º, da Lei Complementar nº 192/2005, haverá uma inscrição distinta para cada atividade exercida.

Art. 10 As pessoas físicas, no ato da inscrição, deverão entregar cópia da cédula de identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), comprovante de endereço e se for o caso, inscrição no conselho de classe correspondente.

Art. 11 As Pessoas Jurídicas, no ato da inscrição, deverão entregar cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF); Declaração Cadastral Estadual (DECA), se for o caso; comprovante de endereço; Contrato Social de Sociedades Simples (Registro Civil de Pessoas Jurídicas), ou Sociedades Limitadas (Junta Comercial), conforme Lei Federal nº 10.406/02 (NCC), ou Sociedades Anônimas, conforme Lei Federal nº 6404/76 e posteriores alterações.

Art. 12 Fica a critério da Seção de Cadastro Fiscal, da Divisão de Receitas, do Departamento Financeiro da Prefeitura a aceitação dos documentos constantes nos artigos 10 e 11, para os casos descritos nos itens 3, subitens 4.03; 4.17; 4.19; 4.21; 4.22; 4.23; 5.02; 5.03; 5.05; 5.07; 5.09; 6.05; 9.01; 11.01; 11.04 (excetos os serviços de **carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie**), 12.2; 12.04; 12.05; 12.06; 12.07; 12.08; 12.09; 12.10; 12.11; 12.15; 12.16; item 15; item 22 e subitem 25.03, todos da lista de serviços da Lei Complementar nº 192/05.

Art. 13 O prazo para a atualização dos dados no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços é de 30 (trinta) dias contínuos de sua ocorrência, salvo nos casos de alteração de endereço cuja atualização deverá ser promovida antes da mudança efetiva, para que a Fazenda Pública Municipal, no exercício do poder de polícia administrativa, autorize a renovação da licença de funcionamento.

Art. 14 O prazo para o contribuinte comunicar à repartição fiscal a cessação de atividades é de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data de sua ocorrência, a fim de obter baixa de sua inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

Art 15 O enquadramento da tributação por meio de alíquotas



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

fixas ou variáveis, a que se refere o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar nº 192/2005, será efetuado no ato da inscrição da alteração do ramo de atividade, pela Seção de Cadastro Fiscal, da Divisão de Receitas, do Departamento Financeiro, após levantamento e análises realizadas pelo fisco municipal e serão da seguinte forma:

I - de forma fixa e anual, nos termos do artigo 30 parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 192/2005, para os serviços prestados por Pessoas Físicas, profissional autônomo, assim enquadrados conforme disposto no artigo 8º, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 192/2005;

II - por estimativa, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar Municipal nº 192/2005, para os serviços previstos no sub-ítem 12.09 – bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não, do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 192/2005;

III - de forma variável, mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Municipal nº 192/2005, para as pessoas jurídicas constituídas por Sociedades empresarial e simples;

Art. 16 Os valores fixos, os valores estimados e as alíquotas sobre o preço do serviço, a que se referem os incisos I, II e III do art. 15 deste Decreto, serão os seguintes:

I - Os valores fixos aplicáveis ao art. 15, inciso I, do presente Decreto, serão de conformidade com a tabela anexa ao art. 8º, § 1º, da Lei Complementar nº 192/2005;

II - O valor estimado do preço do serviço referente ao artigo 15, inciso II, do presente Decreto, será de R\$ 173,78 (Cento e Setenta e Três Reais e Setenta e Oito Centavos) por unidade, anualmente corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro Índice oficial que o substitua e aplicado a alíquota do art. 10 da Lei Complementar nº 192/2005;

III - As alíquotas aplicáveis ao art. 15, inciso III, do presente Decreto, serão nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 192/2005.

Art. 17 A inscrição será aprovada pelo Coordenador da Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município, após tramitação legal.

SEÇÃO II DAS NOTAS FISCAIS, CUPONS E RECIBOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

SUBSEÇÃO I DAS NOTAS FISCAIS E RECIBOS E CUPONS

Art. 18 Os modelos, formas e especificações das Notas Fiscais de Prestação de Serviços, que alude o § 1º, do art. 35, da Lei Complementar nº 192/05, a serem adotados pelos contribuintes municipais, serão os discriminados nesta Subseção.

Art. 19 A Nota Fiscal de Prestação de Serviços – Série “A”, destina-se ao registro de prestação de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Serviço de Quaisquer



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Natureza (ISSQN) e deverão constar no mínimo, as seguintes indicações, conforme Anexo III:

PRESTADOS;

I - denominação: NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

II - número de ordem e série "A";

III - razão social, endereço e Inscrição Municipal;

IV - Inscrição Estadual (se for o caso);

V - inscrição junto ao Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

VI - via da nota;

VII - data da emissão;

VIII - natureza da operação;

IX - nome, endereço, CNPJ/CPF e Inscrição Municipal do tomador do serviço (se for o caso);

X - discriminação dos serviços realizados;

XI - preço de cada Serviços;

XII - total do preço do serviço;

XIII - total da nota;

XIV - autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) nos termos do art. 2º do presente Decreto;

XV - canhoto de recebimentos dos serviços.

§ 1º Para a confecção conjugada desta com a Nota Fiscal de competência do Estado deverão ser cumpridas as exigências descritas neste artigo.

§ 2º As dimensões mínimas da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série "A" serão de 148 mm x 210 mm (A5) e as máximas permitidas serão de 210mm x 297mm (A4).

§ 3º A Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série "A" será emitida no mínimo em 2 (duas) vias, sendo a 1ª Via destinada ao tomador do Serviço, a 2º Via ficará fixa bloco e as 3ª e 4ª Vias serão confeccionadas a critério do prestador do serviço.

Art. 20 A Nota Fiscal de Prestação de Serviços Simplificada – Série "B", destina-se ao registro de prestação de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Serviço de Quaisquer Natureza (ISSQN), de forma simplificada, quando a natureza e o volume dos serviços assim



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

exigirem e deverão constar no mínimo, as seguintes indicações, conforme Anexo IV:

SIMPLIFICADA;

I - denominação: NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

II - número de ordem e série "B";

III - razão social, endereço e Inscrição Municipal;

IV - Inscrição Estadual (se for o caso);

V - inscrição junto ao Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

VI - via da nota;

VII - data da emissão;

VIII - natureza da operação;

IX - discriminação dos serviços realizados;

X - preço de cada Serviço;

XI - total do preço do serviço;

XII - total da nota;

XIII - Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) nos termos do art. 2º do presente Decreto.

§ 1º As dimensões da Nota Fiscal de Serviços Simplificada - Série "B" - serão de 105 mm x 148 mm (A6).

§ 2º A Nota Fiscal de Serviços Simplificada - Série "B" - será emitida em 2 (duas) vias, sendo a 1ª Via do tomador do Serviço e a 2ª Via ficará fixa ao bloco.

§ 3º A Nota Fiscal de Serviços Simplificada - Série "B" poderá ser adotada, a critério e juízo do fisco municipal, quando oferecer maior garantia e for revestida de maior confiabilidade e facilitar a fiscalização desses serviços ou atividades tributáveis.

Art. 21 A Nota Fiscal de Prestação de Serviços de Estacionamento – Série "C" – destina-se ao registro de prestação de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Serviço de Quaisquer Natureza (ISSQN), específica para a guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações e deverão constar no mínimo, as seguintes indicações, conforme Anexo V:

ESTACIONAMENTO;

I - denominação: NOTA FISCAL DE SERVIÇOS



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

estacionamento;

II - número de ordem e série "C";

III - razão social, endereço e Inscrição Municipal do

IV - Inscrição Estadual (se for o caso);

V - inscrição junto ao Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

VI - via da nota;

VII - data da emissão;

VIII - discriminação dos serviços realizados;

IX - preço de cada serviço;

X - total do preço do serviço;

XI - total da nota;

XII - Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) nos termos do art. 2º do presente Decreto;

XIII - controle do estacionamento contendo a marca, placa e porte do veículo;

XIV - controle da entrada, saída e permanência do veículo.

§ 1º As dimensões da Nota Fiscal de Estacionamento - Série "C" - serão de 105 mm x 148 mm (A6).

§ 2º A Nota Fiscal de Serviços de Estacionamento - Série "C" será emitida em 2 (duas) vias, sendo a 1ª Via para o tomador do Serviço e a 2ª Via ficará fixa ao bloco.

Art. 22 Nota Fiscal de Serviços Não Tributáveis, Isentos ou Não Incidentes – Série "D" – destina-se aos prestadores de serviços cuja atividade, nos termos da legislação tributária vigente, seja não tributável, isenta ou não incidente do Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza (ISSQN) e deverão constar no mínimo, as seguintes indicações, conforme Anexo VI:

I - denominação: NOTA FISCAL DE SERVIÇOS NÃO TRIBUTÁVEIS, ISENTOS OU NÃO INCIDENTES;

II - número de ordem e série "D";

III - razão social, endereço e Inscrição Municipal;



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

IV - Inscrição Estadual (se for o caso);

V - inscrição junto ao Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

VI - via da nota;

VII - data da emissão;

VIII - natureza da operação;

IX - nome, endereço, CNPJ/MF ou CPF/MF e Inscrição Estadual do tomador do serviço (se for o caso);

X - discriminação dos serviços realizados;

XI - valor dos serviços;

XII - total do preço do serviço;

XIII - total da nota;

XIV - Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) nos termos do art. 2º do presente Decreto;

XV - canhoto de recebimento dos serviços.

§ 1º As dimensões mínimas da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série “D” serão de 148 mm x 210 mm (A5) e as máximas permitidas serão de 210mm x 297mm (A4).

§ 2º A Nota Fiscal de Serviços Não Tributáveis, Isentos ou Não Incidentes - Série “D” será emitida no mínimo em 2 (duas) vias, sendo a 1ª Via do Tomador do serviço, a 2ª Via ficará fixa bloco e as 3ª Via e 4ª Via ficarão a critério do contribuinte.

Art. 23 A Nota Fiscal Avulsa de Prestação de Serviços – Série “E”, destina-se ao registro de prestação de serviços eventuais, tributáveis pelo Imposto Sobre Serviço de Quaisquer Natureza (ISSQN), para contribuintes, cuja atividade preponderante não seja a prestação de serviços, conforme ANEXO VII.

§ 1º Será autorizada pelo Coordenador da Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município e emitida pela Seção de Cadastro Fiscal, em 3 (três) vias, por meio matricial, carbonada, sendo a 1ª via destinada ao Tomador de serviços, a 2ª via ao Prestador de serviços e a 3ª via para arquivo da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

§ 2º A Nota Fiscal Avulsa de Prestação de Serviços – Série “E” terá prazo de validade de 5 (cinco) dias úteis para emissão e o prazo de 10 (dez) dias úteis após a emissão para entrega da terceira via ao Fisco Municipal.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

§ 3º A critério da Divisão de Receita poderá ser suspenso o fornecimento de Notas Avulsas, quando o volume e a frequência dos serviços assim o indicar.

Art. 24 O Recibo Fiscal de Serviços de Profissional Autônomo – Série “F”, destina-se aos profissionais liberais inscritos no Município de Mogi Mirim, com tributação fixa anual, nos termos do § 1º, do art. 8º, da Lei Complementar nº 192/05 e deverão constar no mínimo as seguintes indicações conforme ANEXO VIII:

- I - denominação: RECIBO FISCAL DE SERVIÇOS –
PROFISSIONAL AUTÔNOMO;
- II - número de ordem e série “F”;
- III - endereço e Inscrição Municipal;
- IV - via do recibo;
- V - atividade exercida;
- VI - data da emissão;
- VII - nome do tomador do serviço;
- VIII - discriminação dos serviços realizados;
- IX - preço do serviço;
- X - total do preço do serviço;
- XI - total do recibo;
- XII - Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais - AIDFM nos termos do art. 2º do presente Decreto.

§ 1º As dimensões do Recibo Fiscal de Serviços – Profissional Autônomo Série “F” serão de 105 mm x 148 mm (A6).

§ 2º O Recibo Fiscal de Serviços – Profissional Autônomo Série “F” será emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª Via destinada ao tomador do serviço e a 2ª Via ficará fixa ao bloco.

Art. 25 O Cupom de Máquinas Registradoras destina-se ao registro de prestação de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Serviço de Quaisquer Natureza (ISSQN), cuja natureza, volume ou condições dos serviços prestados ofereçam maior garantia, seja revestida de maior confiabilidade e facilite a fiscalização desses serviços ou atividades tributáveis, a critério do fisco municipal.

§ 1º Os cupons deverão conter todos os elementos indicativos dos serviços tributáveis, conforme art. 20 do presente Decreto e serem registrados por meio



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

de bobinas, em duas vias e que disponham de totalizadores e destaquem cupom.

§ 2º A 1ª Via destina-se ao usuário final (tomador dos serviços) e a 2ª Via ficará enrolada na bobina.

§ 3º Para utilização de máquinas registradoras, os contribuintes deverão requerer os seus registros juntos à Seção de Cadastro Fiscal da Divisão de Receita do Departamento Financeiro do Município, declarando o número e a marca da mesma, bem como o número da operação que registra.

§ 4º Concedido o registro, a fiscalização da Seção de Tributos da Divisão de Receita da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, lacrará os totalizadores ou autenticará as bobinas a serem usadas, podendo ainda adotar ambas as medidas.

SUBSEÇÃO II OUTRAS DISPOSIÇÕES E DISPENSA DE EMISSÃO

Art. 26 A numeração das Notas Fiscais de Prestação de Serviços Séries "A", "B", "C", "D" e Recibo Fiscal Série "F", será impressa em ordem crescente de 0001 a 9999 e enfileiradas em blocos uniformes de 25 (vinte e cinco) ou 50 (cinquenta) exemplares, nos seguintes termos:

I - serão emitidas em ordem cronológica;

II - não será permitida a emissão de notas fora de ordem;

III - Não será permitida a utilização de bloco de Notas Fiscais de Prestação de Serviços sem que tenham sido utilizados os de número anterior.

Art. 27 Será permitida a utilização tão somente de um bloco de cada vez, para cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo, em conformidade ao § 5º, do art. 16, da Lei Complementar Municipal nº 192/05.

Art. 28 É obrigatório o preenchimento de todos os dados das Notas Fiscais de Prestação de Serviços, em especial os que identifiquem o tomador dos serviços, quando assim o for exigido.

Parágrafo único. Não será permitido o preenchimento das Notas e Recibos Fiscais de Prestação de Serviços pelo modo jato de tinta, a laser, ou outro processo similar, salvo quando se tratar de nota fiscal conjugada com a do Estado, a critério do fisco municipal.

Art. 29 As Notas Fiscais de Prestação de Serviços somente poderão ser confeccionadas em gráficas, mediante Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) e será permitida a emissão por meio informatizado em formulário contínuo carbonado, conforme respectivos Anexos.

Art. 30 As Notas e Recibos Fiscais poderão conter outros elementos, dados ou informações adicionais, como condições de pagamento, prazo de entrega, local da prestação ou outros elementos que se fizerem necessários.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Parágrafo único. No caso da adição de novos elementos, dados e informações, as dimensões máximas estabelecidas no presente Decreto poderão ser alteradas, a critério do fisco municipal, desde que o contribuinte antes da solicitação da AIDFM, protocole o modelo, formato e as razões para tais alterações.

Art. 31 As Notas Fiscais de Prestação de Serviços Séries “A”, “B”, “C” e “D” deverão ser escrituradas mensalmente em Livro Próprio até o dia do vencimento do imposto.

Art. 32 Estão dispensados da emissão das Notas Fiscais de Serviços, os prestadores de serviços previstos nos itens 15 e 22, do art. 1º, da Lei Complementar nº 192/05.

Art. 33 Os contribuintes que optarem pelo uso de cupons conforme determina o art. 25 do presente Decreto, poderão adotar, a critério do fisco, a NOTA FISCAL DE SERVIÇOS série “A”.

Art. 34 É obrigatório o destaque no corpo da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, do valor retido do ISSQN e da respectiva alíquota aplicada.

SEÇÃO III DOS LIVROS DE REGISTRO SUBSEÇÃO I LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Art. 35 O Livro de Registro de Notas Fiscais de Serviços Prestados, destina-se ao registro dos serviços prestados, apuração do imposto e posterior recolhimento, conforme ANEXO IX e conterá as seguintes indicações:

I - dia, mês e ano;

II - tipo do serviço prestado;

III - nome do contribuinte prestador;

IV - número das notas fiscais de serviços prestados séries A,

B, C, D;

V - nome, CNPJ ou CPF e Município do tomador dos

serviços;

VI - local/estabelecimento prestador;

VII - preço do serviço;

VIII - dedução;

IX - base de cálculo;

X - alíquota aplicada;

XI - imposto apurado;

XII - valores não tributáveis, isentos ou não incidentes;

XIII - valor do imposto retido;

XIV - soma dos valores.

Art. 36 Apurado o total do imposto devido, o contribuinte o transportará para a guia de recolhimento do imposto sobre serviço.

SUBSEÇÃO II LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS TOMADOS

Art. 37 O Livro de Registro de Serviços Tomados destina-se ao registro dos serviços tomados e sua respectiva retenção, conforme ANEXO X e terão as seguintes indicações:

I - dia, mês e ano;

II - tipo do serviço tomado;

III - nome do substituto tributário;

IV - nome, CNPJ ou CPF e município do prestador dos serviços;

V - valor da prestação do serviço;

VI - alíquota aplicada;

VII - valor do imposto retido;

VIII - soma dos valores.

SUBSEÇÃO III OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 38 Os Livros de Registro que aludem os arts. 35 e 37 do presente Decreto deverão conter, em conformidade com os ANEXOS IX e X:

I Termo de abertura, com as seguintes indicações mínimas:

a) (TÍTULO) TERMO DE ABERTURA;

b) (TÍTULO) LIVRO Nº ____;





GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

c) (TÍTULO) NESTA DATA PROCEDEMOS A ABERTURA DO PRESENTE LIVRO QUE CONTÉM ____ FOLHAS NUMERADAS DE Nº 001 A Nº ____ (POR FORMULÁRIOS CONTÍNUOS (se for o caso)) QUE SERVIRÁ PARA O REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS PRESTADOS, ou NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS TOMADOS, ou REGISTRO DE IMPRESSAO DE DOCUMENTOS FISCAIS (conforme o caso).

II Termo de encerramento, com as seguintes indicações mínimas:

a) (TÍTULO) TERMO DE ENCERRAMENTO;

b) (TÍTULO) LIVRO Nº ____;

c) (TÍTULO) NESTA DATA PROCEDEMOS AO ENCERRAMENTO DO PRESENTE LIVRO QUE CONTÉM ____ FOLHAS NUMERADAS DE Nº 001 A Nº ____ (POR FORMULÁRIOS CONTÍNUOS (se for o caso)) QUE SERVIU PARA O REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS PRESTADOS, ou NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS TOMADOS, ou REGISTRO DE IMPRESSAO DE DOCUMENTOS FISCAIS (conforme o caso).

Parágrafo único. Em ambos os termos deverão conter as seguintes indicações:

a) razão social, endereço e Inscrição Municipal;

b) Inscrição Estadual (se for o caso);

c) inscrição junto ao Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

d) atividade de prestação de serviços;

e) JUCESP ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

f) local e data (dia, mês e ano);

g) assinatura do responsável pela empresa (Qualificação, CPF e RG);

h) assinatura do responsável contábil (Qualificação e CRC);

i) escritório contábil responsável (se for o caso);

j) endereço e Inscrição Municipal (se for o caso).

Art. 39 Os Livros poderão ser confeccionados em gráfica mediante Autorização de Impressão de Documentos Fiscais Municipais (AIDFM) ou processados por meio eletrônico pelo próprio contribuinte de acordo com os ANEXOS IX e X.

Parágrafo único. Não será permitida a escrituração dos Livros de forma manual.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 40 As dimensões dos Livros não poderão ser inferiores a 210mm x 297mm (A4).

Art. 41 Estão dispensados da utilização do Livro de Registro de Serviços Prestados que alude o art. 35 do presente Decreto:

I - os prestadores de serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito, previstos no item 15, do art. 1º, da Lei Complementar nº 192/05;

II - os prestadores de serviços de exploração de rodovia, previsto no item 22 do art. 1º, da Lei Complementar Municipal nº 192/05;

III - os profissionais autônomos nos termos do art. 8º, § 1º da Lei Complementar nº 192/05.

Art. 42 Findo o Mês de Competência, o contribuinte lançará nos livros e outros documentos próprios, as notas fiscais de serviços daquele mês para apuração do imposto, até o seu vencimento, sendo que:

I - o lançamento será feito em ordem cronológica de emissão;

II - é obrigatório o preenchimento de todos os campos dos Livros de Registro de Notas Fiscais de Serviços Prestados e de Serviços Tomados, constantes do ANEXO IX e X.

Art. 43 Findo o ano calendário civil, o contribuinte encadernará ou emblocará os Livros e os guardará para exibição ao fisco municipal dentro do prazo legal.

SEÇÃO VI DA DECLARAÇÃO DO ISSQN RETIDO E DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 44 A retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Quaisquer Natureza (ISSQN), que alude o art 29, § 1º da Lei Complementar nº 192/05, deverão ser realizados pelo Tomador dos Serviços, na figura do Substituto Tributário, com relação aos serviços tomados de pessoas jurídicas, estabelecidas no município ou fora deste, mediante o Modelo de Declaração do Imposto Retido para Emissão de Guias (DIR), conforme Anexo XI e recolhidos ao erário municipal, por meio de Guias Especiais, fornecidas pela Seção de Acompanhamento da Receita, da Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município de Mogi Mirim.

Art. 45 O recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Quaisquer Natureza (ISSQN) para os serviços de construção civil previstos nos itens 7.02 e 7.05 que alude o art. 29, § 2º, da Lei Complementar nº 192/05, deverá ser feito pelo prestador dos serviços.

Art. 46 Após a apresentação da documentação fiscal



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

pertinente ao alcance do benefício da dedução dos materiais fornecidos, constante no art. 8º, § 5º da Lei Complementar nº 192/05, perante a Seção de Acompanhamento da Receita da Divisão de Receitas do Departamento Financeiro será fornecida a Guia Especial de Recolhimento do Imposto.

§ 1º Entende-se por materiais fornecidos pelo prestador dos serviços aquele que foram incorporados à obra.

§ 2º O montante do valor das notas fiscais de materiais incorporados à obra, não poderá exceder ao valor dos materiais destacado no corpo da nota fiscal fatura de serviços.

§ 3º Quando no corpo da nota fiscal de serviços não estiver destacado o valor dos materiais aplicados, o montante do valor das notas fiscais de materiais não poderá exceder a 50% do valor dos serviços.

§ 4º Serão desconsiderados para o benefício da dedução dos materiais que se refere este artigo as notas que não contiverem o local da obra.

CAPÍTULO III DA TRANSMISSÃO POR MEIO ELETRÔNICO

Art. 47 É obrigatória a transmissão dos Livros de Registro de Notas Fiscais de Serviços Tomados e Prestados (Anexos IX e X), por meio eletrônico, para a Divisão de Receitas do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, dentro do prazo legal.

Art. 48 Independente da transmissão dos dados é obrigatória a conservação das Notas Fiscais, Recibos, Livros de Registro, Formulários, Declarações, Guias de Recolhimento ou outros documentos obrigatórios, dentro do prazo legal, para exibição ao fisco municipal.

CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADE SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES DO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 49 Pelo descumprimento das obrigações acessórias que alude o art. 28, parágrafo único da Lei Complementar nº 192/05, no que tange a obrigatoriedade da declaração das operações tributáveis ou sua ausência, a Seção de Cadastro Fiscal da Divisão de Receitas do Município de Mogi Mirim, autuará o contribuinte por meio de lançamento de ofício a infração cometida.

§ 1º A notificação da infração se dará no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao do imposto vencido.

§ 2º Havendo repetição da infração, os lançamentos diretos pela infração cometida serão dobrados.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

§ 3º A imposição de penalidade que alude o presente artigo não elide:

I - a responsabilidade do infrator, no cumprimento de suas obrigações tanto principal como acessórias, sejam positivas ou negativas;

II as penalidades anteriormente já aplicadas pela infração cometida;

III - a responsabilidade criminal do infrator, inclusive para os casos de desacato e desobediência, devendo-se noticiar às autoridades competentes qualquer fato que constitua ilícito penal, sempre que possível, acompanhada das provas do delito.

Art. 50 O contribuinte que procurar a repartição fiscal, antes de qualquer notificação que alude o art. 49 deste Decreto, para sanar irregularidades relacionadas ao cumprimento de obrigações pertinente ao imposto, ficará ileso das penalidades previstas, desde que a irregularidade da obrigação principal ou acessória seja sanada no prazo cominado.

Parágrafo único. Tratando-se de infração que implique falta de pagamento do imposto, aplica-se o disposto do art. 38 da Lei Complementar nº 192/05.

Art. 51 As notificações de infração pelo descumprimento das obrigações acessórias relativas ao Cadastro Fiscal, serão de competência do Coordenador da Divisão da Receita do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

Art. 52 A autoridade competente que alude o art. 45, da Lei Complementar Municipal nº 192/05, para julgar, em Primeira Instância Administrativa, é o Diretor do Departamento Financeiro.

§ 1º Para composição da decisão será levado em conta a gravidade da infração cometida e as condições econômicas e sociais do infrator, podendo inclusive ser ouvido o Departamento de Promoção Social.

§ 2º A decisão concederá ou não a redução parcial ou total da multa aplicada pelo descumprimento de obrigação acessória.

Art. 53 Da decisão que se refere o art. 52 caberá petição voluntária ao Senhor Prefeito Municipal, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação, que em Segunda e Derradeira Instância Administrativa, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica do Município, manterá ou não a primeira decisão.

Art. 54 Somente terá efeito a concessão da redução da multa, fundamentada pela autoridade competente, se dentro do prazo de 20 (vinte) dias da notificação da decisão, for efetuado na íntegra o pagamento do imposto devido.

Parágrafo único. Findo o prazo concedido e se não houver liquidado o débito do imposto, o infrator perderá o benefício alcançado, com imediata inscrição dos débitos integrais do descumprimento das obrigações acessórias como principal em Dívida Ativa.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55 Para fins do contido no art. 8º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº 192/05, o proprietário do bem imóvel deverá juntar ao pedido de habite-se, no ato em que este for protocolado, ou der entrada na repartição competente, os seguintes documentos:

- I - contratos firmados com empresas se houver;
- II - relação dos profissionais autônomos que participaram da obra;
- III - prova de pagamento do Imposto Sobre Serviço de Quaisquer Natureza (ISSQN);
- IV - demais documentações fiscais pertinentes à obra.

Art. 56 Tais elementos serão confrontados com os constantes na pauta fiscal elaborada pelo Departamento de Planejamento, baseada nos preços mínimos de mercado concorrentes na praça, à época da prestação dos serviços, nos termos da Tabela I da Lei Municipal nº 1.485/84.

Art. 57 Confrontados os valores apresentados com a pauta fiscal a que se refere o artigo anterior, se ainda houver imposto a recolher, para fim de lançamento do ISS, deverá ser identificado o prestador de serviço, o mês de competência e os respectivos valores em preenchimento de guia especial, fornecida pela Seção de Acompanhamento da Receita, da Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município de Mogi Mirim.

§ 1º Será aplicada alíquota nos termos do art. 10, da Lei Complementar nº 192/2005.

§ 2º Será aplicada, se for o caso, pela impontualidade do pagamento do ISS, as penalidades previstas nos artigos 38 e 39, da Lei Complementar nº 192/2005.

Art. 58 Havendo fraude, sonegação ou omissão das informações exigidas no art. 55 do presente Decreto, o lançamento do ISSQN será realizado em nome do solidário responsável, nos termos do artigo 33 da Lei Complementar Municipal 192/2005, tomando como mês de competência aquele do término das obras.

Art. 59 A obtenção dos formulários, guias, demonstrativos, ou quaisquer outros documentos, bem como o envio de dados, informações e valores, para Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município de Mogi Mirim, no cumprimento das obrigações acessórias, deverão ser realizados por meio eletrônico.

Art 60 A Divisão de Receitas do Departamento Financeiro do Município de Mogi Mirim promoverá, para os exercícios de 2007 a 2008, o cadastramento das notas fiscais e recibos de prestação de serviços em uso pelos contribuintes e confeccionados anteriormente à vigência da lei Complementar Municipal nº 192/2005.





GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

§ 1º A chamada para o recadastramento se fará por meio de notificação, expedida pela Seção de Cadastro Fiscal, acompanhado pela Seção de Acompanhamento da Receitas.


§ 2º O não atendimento ou embaraço ao bom andamento dos trabalhos, implicará em sanções nos termos da lei vigente.

Art. 61 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62 Revoga-se o Decreto nº 3.852, de 17 de novembro de 2005.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 25 de outubro de 2006.


CARLOS NELSON BUENO
Prefeito Municipal

GP - SECRETARIA

O(A) Decreto 3992

FOI PUBLICADO(A) NO ÓRGÃO OFICIAL DO

MUNICÍPIO (JORNAL A Comarca)

EM SUA EDIÇÃO DE 28 / 10 / 06

MOGI MIRIM, 30 / 10 / 06


REGINA CÉLIA SILVA
Coordenadora da Divisão
de Expediente e Registro-GP



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro CEP 13.800.000 Est. S. Paulo
CNPJ 45.332.095/0001-89 Insc Estadual ISENTA Fone (19) 3814.1028 / 3814-1017

AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS - AIDFM

ANEXO I

(NOVO MODELO)

Documento fornecido pelo site da prefeitura

3ª VIA - PREFEITURA

2ª VIA - USUÁRIO

1ª VIA - ESTABELECIMENTO GRÁFICO

ESTABELECIMENTO GRÁFICO	NOME			
	ENDEREÇO		CIDADE	UF
	CEP		I.M.	
	IE		CNPJ(MF)	

ESTABELECIMENTO USUÁRIO	NOME			
	ENDEREÇO		CIDADE	UF
	CEP		I.M.	
	IE		CNPJ(MF)	

DOCUMENTOS A SEREM IMPRESOS	NOTA FISCAL / RECIBO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - SÉRIE						
	AIDFM ANTERIOR Nº				NUMERAÇÃO DE A		
	SELECIONAR BLOCOS OU FORMULÁRIOS	QTDE BLOCOS	QTDE JOGOS POR BLOCOS	QTDE VIAS	QTDE NOTAS	NUMERAÇÃO	
						INICIAL	FINAL
							A
	LIVRO DE REGISTRO					QTDE FOLHAS	NUMERAÇÃO
							INICIAL FINAL
OBSERVAÇÕES	NOTA FISCAL EMBLOCADA						
	FORMULÁRIO CONTÍNUO						
	NOTA FISCAL CONJUGADA COM NOTA FISCAL DO ESTADO						

PEDIDO	DATA: ____ de ____ de ____
	Recebi o pedido para confecção dos documentos conforme consta da presente AIDFM
	NOME: _____
	DOCUMENTO IDENTIDADE: _____
	ASSINATURA RESPONSÁVEL ESTABELECIMENTO GRÁFICO

ENTREGA	DATA: ____ de ____ de ____
	Recebi o(s) documento(s) impresso(s)
	NOME: _____
	DOCUMENTO IDENTIDADE: _____
	ASSINATURA DO RECEBEDOR

REPARTIÇÃO FISCAL	AUTORIZAÇÃO		
	AIDFM Nº _____		
	Em ____ de ____ de ____		
	Coordenador Divisão Receitas		
		Agente Fiscal de Renda	



Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO
CADASTRAL
ISS E TAXAS DE LICENÇA

Inscrição Municipal:

Contribuinte: _____
Nome Fantasia: _____ Fone: (____) _____
Atividade: _____
- Prestação de Serviços Sim ☐ Não ☐ Qual ? _____
Localização: _____
End. p/ notificação: _____
Estabelecimento Fixo Sim ☐ Não ☐ Cód. Atividade _____

Profissional Autônomo ☐ Empresa ☐ Tipo de Sociedade _____ Ambulante ☐
CPF _____ RG _____ Data Nasc. ____ / ____ / ____ Nacionalidade _____
CGC _____ Insc. Est. _____ Nº de Sócios e Prof. Habilit. _____
Data do Início de Atividade ____ / ____ / ____ Data do Reg. Contrato Social ____ / ____ / ____

TRIBUTOS MUNICIPAIS QUE SERÃO RECOLHIDOS

- 1- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - ☐
2- Taxa de Licença p/ Localização e Fiscalização de Funcionamento - ☐
3- Taxa de Licença para Publicidade - ☐
4- Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Ambulante - ☐

ESTA DECLARAÇÃO SE DESTINA A

- | | |
|--|---|
| 1- Abertura <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ | 4- Livros |
| 2- Alteração | A) Adoção <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ |
| A) de Atividade <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ | B) Exclusão <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ |
| B) de Endereço <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ | C) Perda ou Extravio <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ |
| C) de Razão Social <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ | 5- Transferência de |
| D) de Sócios ou Diretores <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ | Estabelecimento <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ |
| 3- Cancelamento <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ | 6- Outras Alterações |
| | ou Comunicações <input type="checkbox"/> Em ____ / ____ / ____ |

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA INDICADA NO QUADRO IV

Área Utilizada _____ m²
Nº de Empregados _____
Consta Publicidade Sim ☐ Não ☐ Tipo: _____

- 1- Anotar no verso deste: Dados dos Sócios, Diretores e de Profissionais Habilitados que prestem serviços em nome da sociedade.
2- Escritório Resp.: _____
Endereço: _____
Contador: _____ Fone: (____) _____

Mogi Mirim, ____ de ____ de ____

(Assinatura do Contribuinte ou Responsável)

É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO DE TODOS OS CAMPOS ACIMA.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

ANEXO IV

1ª Via - Tomador dos Serviços

2ª Via - Bloco

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS SIMPLIFICADA SÉRIE B	Nº
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	NATUREZA OPERAÇÃO	VIA DATA DE EMISSAO / /
RAZAO SOCIAL		
ENDEREÇO		
MUNICIPIO	ESTADO	
CNPJ/CPF		
INSCRIÇÃO ESTADUAL		
TOMADOR SERVIÇO:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		VALOR
TOTAL		
(Nome, Endereço e o Numero do CNPJ e da Inscrição Municipal do impressor da nota, a data e a quantidade de impressao, o numero de ordem da primeira e da ultima nota impressa e respectiva serie e o numero da autorização para impressão de documentos fiscais)		

Dimensões 105 mm X 148 mm (A6)



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

ANEXO V	1ª Via Tomador dos Serviços 2ª Via - Bloco	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ESTACIONAMENTO SERIE C	Nº	CONTROLE DO ESTACIONAMENTO				
		INSCRIÇÃO MUNICIPAL	NATUREZA OPERAÇÃO ESTACIONAMENTO	VIA					
				DATA DE EMISSAO / /					
		NOME DO ESTACIONAMENTO				MARCA	PLACA		
		ENDEREÇO				PORTE DO VEÍCULO			
		TELEFONE				P	M	G	
		CNPJ/CPF							
		INSCRIÇÃO ESTADUAL							
		IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO	ENTRADA (DIA E HORA)				
		MARCA	ESTADIA		SAÍDA (DIA E HORA)				
	LAVAR								
PLACA	OUTROS		PERÍODO						
TOTAL									
NÃO TEM VALOR COMO RECIBO				M	T	N			
(Nome, Endereço e o Numero do CNPJ e da Inscrição Municipal do impressor da nota, a data e a quantidade de impressao, o numero de ordem da primeira e da ultima nota impressa e respectiva serie e o numero da autorização para impressão de documentos fiscais)									

Dimensões 105 mm X 148 mm (A6)



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

(Não Tributados, Isentos Não Incidentes)

N° 0000000

Endereço:

(DADOS RELATIVOS AO EMITENTE)

Município

Estado**Inscrição no CNPJ/CPF**

Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

Natureza da Operação

Data da Emissão / /

TOMADOR DO SERVIÇO (Usuário Final ou Destinatário)

Endereço

Municipio

CNPJ

Estado

INSC MUNICIPAL

Valor Total da Nota

(Nome, Endereço e o Numero do CNPJ e da Inscrição Municipal do impressor da nota, a data e a quantidade de impressão, o numero de ordem da primeira e da ultima nota impressa e respectiva serie e o numero da autorização para impressão de documentos fiscais)

Recebi(emos) os serviços constante da nota fiscal de serviços indicada ao lado

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

SERIE D

NOTA FISCAL

00.000

2ª Via - Bloco

1ª Via - Tomador dos Serviços

2ª Via - Bloco

Dimensões

Minima 148 mm X 210 mm (A5)

Máxima 210 mm X 297 mm (A4)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Rua Dr. José Alves, 129 – centro CEP 13.800.000 Est. S. Paulo
CNPJ 45.332.095/0001-89 Insc Estadual ISENTA Fone (19)3814.1028

ANEXO VII

NOTA FISCAL AVULSA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRESTADOR DO SERVIÇO

Nº 00.000

ENDEREÇO

Série E

MUNICÍPIO

BAIRRO

____ª Via

FONE/FAX

UF

CEP

CNPJ

INSCRIÇÃO ESTADUAL

DATA DE EMISSÃO

NATUREZA DA PRESTAÇÃO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

CONDIÇÕES PAGAMENTO

TOMADOR DO SERVIÇO _____

ENDEREÇO _____

MUNICÍPIO _____

CNPJ _____ INSC. ESTADUAL _____ INSC. MUNICIPAL _____

DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO / LOCAL

VALOR

VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO

RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) O SERVIÇO CONSTANTE DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

SERIE "E"
NOTA FISCAL Nº

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

00.000

1ª VIA – Tomador dos Serviços

2ª VIA – Prestador dos Serviços

(Documento fornecido pela Prefeitura)



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

ANEXO VIII

1ª Via - Tomador dos Serviços

2ª Via - Bloco

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	RECIBO FISCAL DE SERVIÇOS PROFISSIONAL AUTONOMO SÉRIE F	Nº
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	NATUREZA OPERAÇÃO	VIA DATA DE EMISSAO / /
PROFISSIONAL AUTÔNOMO		
ENDEREÇO		
MUNICIPIO		ESTADO
CPF		
TOMADOR SERVIÇO:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		VALOR
TOTAL		
(Nome, Endereço e o Numero do CNPJ e da Inscrição Municipal do impressor da nota, a data e a quantidade de impressão, o numero de ordem da primeira e da ultima nota impressa e respectiva serie e o numero da autorização para impressão de documentos fiscais)		

Dimensões 105 mm X 148 mm (A6)

REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS PRESTADOS

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN -

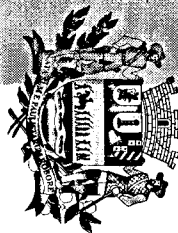
ANEXO IX

MÊS DE COMPETÊNCIA:		TIPO DE SERVIÇO		CONTRIBUINTE:	
----------------------------	--	------------------------	--	----------------------	--

[illegible]

(Os Dados deverão ser transmitidos por meio eletrônico para a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim)
(Dimensões mínimas de 210 mm X 297 mm) (A4)

GABINETE DO PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

MÊS DE COMPETÊNCIA:		SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	
---------------------	--	-----------------------	--

[illegible]

(Os Dados deverão ser transmitidos por meio eletrônico para a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim)
(dimensões 210mm X 297 mm) (A4)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - CEP 13800-050 - Est. S. Paulo

CNPJ 45.332.095/0001-89

Insc Estadual : Isenta

Fone (19) 3814-1028 / 3814-1017

afr@mogimirim.sp.gov.br

DIR - DECLARAÇÃO IMPOSTO RETIDO PARA EMISSÃO DE GUIAS - ANEXO XI

Dos Serviços constantes dos artigos 4º e 5º da Lei nº. 192/2005

OBS: a retenção do ISSQN não se aplica nos casos de construção civil

DADOS DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

RAZÃO SOCIAL TOMADOR		
ENDEREÇO		
COMPL	BAIRRO	
CIDADE	UF	CEP
TELEFONE	INSCR ESTADUAL	
CNPJ(MF)	INS. MUNICIPAL	

DADOS DO CONTRIBUINTE E DA RETENÇÃO DO I.S.S.Q.N.

1	RAZÃO SOCIAL				SERVIÇO PRESTADO			
	ENDEREÇO				NOTA FISCAL Nº		DATA EMISSÃO	
	COMPL		BAIRRO		VALOR NOTA(S)		ALIQ 3%	VALOR RETIDO R\$ -
	CEP	CIDADE	UF					
	INSCR. ESTADUAL		CNPJ(MF)					
2	RAZÃO SOCIAL				SERVIÇO PRESTADO			
	ENDEREÇO				NOTA FISCAL Nº		DATA EMISSÃO	
	COMPL		BAIRRO		VALOR NOTA(S)		ALIQ 3%	VALOR RETIDO R\$ -
	CEP	CIDADE	UF					
	INSCR. ESTADUAL		CNPJ(MF)					
3	RAZÃO SOCIAL				SERVIÇO PRESTADO			
	ENDEREÇO				NOTA FISCAL Nº		DATA EMISSÃO	
	COMPL		BAIRRO		VALOR NOTA(S)		ALIQ 3%	VALOR RETIDO R\$ -
	CEP	CIDADE	UF					
	INSCR. ESTADUAL		CNPJ(MF)					
4	RAZÃO SOCIAL				SERVIÇO PRESTADO			
	ENDEREÇO				NOTA FISCAL Nº		DATA EMISSÃO	
	COMPL		BAIRRO		VALOR NOTA(S)		ALIQ 3%	VALOR RETIDO R\$ -
	CEP	CIDADE	UF					
	INSCR. ESTADUAL		CNPJ(MF)					
5	RAZÃO SOCIAL				SERVIÇO PRESTADO			
	ENDEREÇO				NOTA FISCAL Nº		DATA EMISSÃO	
	COMPL		BAIRRO		VALOR NOTA(S)		ALIQ 3%	VALOR RETIDO R\$ -
	CEP	CIDADE	UF					
	INSCR. ESTADUAL		CNPJ(MF)					